

Na vida das nações, há momentos singulares em que, mesmo em meio às maiores crises, se pressente que o futuro está começando. A conjugação de circunstâncias oferece oportunidades excepcionais e a capacidade de percebê-las e aproveitá-las, sem se deixar dominar pela vaidade ou pela arrogância, é o atributo por excelência dos estadistas.

Diríamos que o Brasil se encontra diante de uma vertente histórica como esta, para a qual confluem fatores internos e externos. Não é por acaso que, mesmo tendo sido adiado de novembro para fevereiro de 1994 o fechamento do acordo com o comitê de bancos, os contratos de reestruturação da dívida externa brasileira deverão ser assinados desde já, como informou William Rhodes, vice-presidente sênior do Citibank, a instituição coordenadora. O apressamento, certamente, não está desligado da concessão do aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) à política econômica que o atual governo vem procurando colocar em prática.

É visível também que o FMI sabe bem avaliar o peso do Brasil no continente. Seu diretor-gerente, Michel Camdessus, diz "sem

Oportunidade para a liderança do País

vacilação" que há condições favoráveis para um crédito "stand by" ao Brasil. Com base em um programa de estabilização suficientemente firme, o Fundo não se negará a acender o sinal verde e o próprio Camdessus se presta a ser um colaborador.

No plano interno, há muito ceticismo e, notoriamente, há grupos interessados em que o País não escape do redemoinho em que se meteu; contudo, mesmo os mais críticos hão de convir em que nunca o País esteve numa posição cambial tão confortável, graças ao extraordinário desempenho da balança comercial e à entrada de capitais externos. Se se tratasse apenas de uma questão de divisas, o País poderia tranquilamente pagar os juros e amortizações sobre a sua dívida, com os abatimentos previstos pelo Plano Brady. E, para acalmar alguns governos ansiosos, o Brasil acaba de anunciar que voltará a pagar o Clube de Paris de acordo com o cronograma acertado.

A resiliência do setor privado nacional é

patentemente demonstrada pelo crescimento do PIB, que chegou a 5,49% no primeiro semestre deste ano. Os reflexos sobre os níveis de emprego não foram os que se esperariam, mas não são insignificantes. O que está em discussão hoje não é o potencial para a expansão da iniciativa privada. É a crise do setor público, que impede que a economia se liberte da ciclotimia de fundo inflacionário que a tem caracterizado desde o fim dos anos 70.

Apesar de seus efeitos perversos, há que reconhecer que os ciclos recessivos não levaram ao tão temido sucateamento da indústria nacional. As falências e concordatas nunca foram endêmicas e, na realidade, a maioria das indústrias instaladas no País, ao procurar desvencilhar-se das malhas do endividamento, se capitalizou e elevou o seu nível tecnológico. A agricultura também se modernizou, a ponto de preços justos, não crédito subsidiado, terem se transformado em sua principal reivindicação.

Há uma grave crise social, sim, mas os problemas podem ser mais facilmente solúveis, se for dado um novo direcionamento ao Estado, que, progressivamente, se liberta do intervencionismo em áreas que não lhe devem ser afetas.

O País, definitivamente, não é um caso perdido. Nem está diante de impasses políticos impossíveis de superar. A multiplicidade de partidos e tendências no Congresso, em vez de um empecilho, pode vir a facilitar as articulações políticas, sob a coordenação do próprio presidente Itamar Franco.

Pode-se discordar de ações que o atual governo tomou ao longo de um ano e, não raro, temos discordado. Mas ninguém pode negar a honradez pessoal do chefe da Nação, o seu empenho em imprimir moralidade à sua administração e o esforço que tem feito para cercar-se, em áreas-chave, de ministros de reconhecida competência.

A história agora lhe oferece a oportunidade para assumir a liderança que lhe cabe no regime presidencialista e de fazer valer efetivamente a sua força política para a concretização das reformas que o País reclama.